

RECURSO ESPECIAL Nº 1.867.351 - SP (2020/0065836-1)

RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
RECORRIDO : VERA LUCIA CLOVIS
ADVOGADOS : ERICSON CRIVELLI - SP071334
SARA TAVARES QUENTAL RODRIGUES - SP256006
DIOGO ASSUNÇÃO ALVES DE MORAIS - SP407194

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO, assim ementado:

Acidentária – Restabelecimento de auxílio-acidente – Posterior percepção de aposentadoria por tempo de contribuição - Cumulação de benefícios - Viabilidade, no caso concreto – Segurada beneficiária de diversos outros auxílios-doença acidentários, oriundos do mesmo fato gerador que deu ensejo ao auxílio-acidente cessado, cujos elementos dos autos revelam que a manifestação da lesão se deu, ao menos, a partir do ano de 1995 - Eclosão da moléstia, anteriormente ao advento da Medida Provisória nº 1596-14 de 10/11/97 – Irrelevância da percepção de aposentadoria após a vigência da medida provisória em questão, posteriormente convertida na Lei nº 9.528/97 – Direito adquirido – Restabelecimento do benefício a partir do dia de sua indevida cessação – Inaplicabilidade do precedente repetitivo do Colendo Superior Tribunal de Justiça – Sentença a quo que merece reforma – Juros de mora - Observância do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/2009, considerando-se o recente posicionamento do C. STF, firmado no julgamento do Recurso Extraordinário nº 870.947/SE, em que reconhecida a repercussão geral da matéria (Tema nº 810) - Atualização das prestações em atraso - Utilização do IGP- DI até 11 de agosto de 2006, passando a incidir o INPC – Posicionamento do C. STJ no Recurso Repetitivo, REsp nº 1.495.146/MG (Tema nº 905) - Diante da Medida Provisória nº 316, depois convertida na Lei nº 11.430/06, até 29 de junho de 2009, quando, em razão do julgamento do Tema nº 810, Repercussão Geral, RE nº 870.947/SE, o C. STF considerou inadmissível a aplicação do índice de remuneração da Caderneta de Poupança (TR), como critério de atualização monetária estabelecido, então, pela Lei nº 11.960/09, adotando, portanto, em seu lugar, o IPCA- E – Incidência do IPCA-E a partir da elaboração da conta de liquidação – Apuração, todavia, da Renda Mensal Inicial (RMI) a ser implantada, pelos índices previdenciários - Juros de mora devidos a partir da citação apurados de forma englobada sobre o montante até aí devido e, depois, mês a mês, de forma decrescente - Questão relativa ao termo final de incidência dos juros de mora relegada para a fase de execução - Honorários de advogado que, *in casu*, deverão ser fixados na fase de liquidação, nos termos do art. 85 §§ 3º e 4º, inciso II, do CPC/2015 – Recurso da autora provido, reformando a r. sentença de primeiro grau.

Os embargos de declaração opostos pelo INSS foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, a autarquia aponta violação dos arts. 18, § 2º, e 86, §§ 1º e 2º, da Lei 8.213/91.

Alega "a impossibilidade de cumulação entre os benefícios auxílio-acidente e a aposentadoria, pois é certo que após o advento da Lei nº 9.528/97, em vigor antes da concessão da aposentadoria do ora Recorrido, ficou vedada a cumulação entre tais benefícios" (fl. 341).

Apresentadas as contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido.

O recurso especial foi admitido na origem.

É o relatório. Decido.

Quanto à questão da impossibilidade de cumulação entre os benefícios auxílio-acidente e aposentadoria, o Tribunal de origem entendeu que "o segurado incapacitado em data anterior à vedação legal de cumulação, observado o critério do art. 23 da Lei nº 8.213/91, tem direito ao recebimento do auxílio-acidente, em respeito ao direito adquirido, constitucionalmente garantido" (fl. 323).

Porém, quanto a tal argumento, o INSS não fez qualquer referência em sua petição de recurso especial.

Sendo assim, tenho que incide ao recurso as Súmulas 283 e 284, ambas do STF, *in verbis*:

Súmula n. 283.

É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.

Súmula n. 284

É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.

Ademais, verifica-se que a controvérsia foi dirimida com base em fundamentos de índole constitucional e infraconstitucional, ambos suficientes para manter o julgado, conforme se pode constatar dos seguintes excertos extraídos do aresto objurgado, *ipsis litteris* (fl. 323):

Todavia, não se pode negar que o segurado incapacitado em data anterior à vedação legal de cumulação, observado o critério do art. 23 da Lei nº 8.213/91, tem direito ao recebimento do auxílio-acidente, em respeito ao direito adquirido, constitucionalmente garantido.

Acresça-se a isso que a questão em lume ainda não foi exaurida pelo Excelso Supremo Tribunal Federal, havendo repercussão geral sobre a aplicação do art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal (Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 687.813).

Frise-se que, ao proferir sua decisão, o I. Relator, Ministro Luiz Fux,

assinalou a possibilidade de violação do art. 5º, inc. XXXVI, da Constituição Federal ao aplicar-se lei posterior a situação já consolidada e é exatamente isso que a Súmula 507 do STJ determina: a aplicação de lei posterior (vigente na data da aposentação) a situação jurídica aperfeiçoada com base em norma anterior (concessão de auxílio-acidente vitalício).

Asseverou o Exmo. Ministro, *in verbis*:

“Há que se definir, pois, se o auxílio suplementar concedido antes da Lei nº 8.213/91 torna-se parcela vitalícia incorporável ao provento que venha o trabalhador a perceber ou, por outro lado, se o referido benefício, regrado, pode ou não ser acumulável com a aposentadoria por invalidez. Sem dúvida, há repercussão geral sobre a aplicação do art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal no caso, cujo debate transcende a seara subjetiva, razão pela qual alço ao crivo deste Plenário Virtual.”.

A par disso, aferindo a possível incompatibilidade entre a Súmula 507 do STJ e o eventual entendimento do C. STF sobre a questão da cumulação de auxílio-acidente e aposentadoria, a cautela exige que o referido Verbete não seja aplicado até o julgamento definitivo do RE 687.813/RS.

Todavia, considerando que não foi interposto recurso extraordinário contra o julgado vergastado, verificou-se o trânsito em julgado do fundamento constitucional, o que faz com que na hipótese incida o enunciado da Súmula 126 do Superior Tribunal de Justiça, inviabilizando a análise do recurso especial.

Nesse sentido, transcrevo os seguintes julgados desta Corte de Justiça, *in verbis*:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3 DO STJ. FUNDAÇÃO PÚBLICA. DISPENSA DO CEBAS PARA FRUIÇÃO DA IMUNIDADE PREVISTA NO ART. 195, § 7º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL NÃO IMPUGNADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 126 DO STJ.

1. O acórdão recorrido reconheceu que a fundação pública autora, na qualidade de entidade filantrópica declarada como de utilidade pública pelo Município de Brusque/SC e pelo Estado de Santa Catarina, preenche todos os requisitos previstos no art. 55 da Lei nº 8.212/1991 para fins de gozo do benefício de imunidade de contribuições sociais, à exceção do certificado CEBAS. A despeito disso, entendeu que a imunidade prevista no § 7º do art. 195 da Constituição Federal de 1988 dispensaria o requisito do certificado CEBAS na hipótese, uma vez que, por se tratar de entidade de caráter público, não havia possibilidade de registro da fundação no órgão que concede o CEBAS, pois o art. 18, III, da Lei nº 8.742/1993 somente previa concessão do CEBAS às instituições privadas, ou seja, jamais seria possível à autora preencher tal requisito. Assim, invocando o art. 195, § 7º, e o postulado normativo-aplicativo da razoabilidade, entendeu que, na falta de regramento específico acerca dos requisitos formais para obtenção, pelas entidades beneficentes de direito público, da imunidade prevista no supracitado dispositivo Constitucional, o disposto no art. 55 da Lei nº 8.212/1991, inclusive após a entrada em vigor do art. 29 da Lei nº 12.101/2009, seria aplicável

apenas no que couber.

2. O fundamento constitucional do acórdão recorrido, que é suficiente para mantê-lo, não foi impugnado através de recurso extraordinário, o que impossibilita o conhecimento do recurso especial no que tange à legislação infraconstitucional em razão da incidência da Súmula nº 126 do STJ.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp n. 1.636.295/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 27/4/2017, DJe 4/5/2017.)

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS. LEGITIMIDADE. FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAL E LEGAL. AUSÊNCIA DE INTERPOSIÇÃO SIMULTÂNEA DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SÚMULA 126/STJ. COMUNICAÇÃO AO SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE CRÉDITO DO BANCO CENTRAL. REQUISITO DE VALIDADE DO CONTRATO. NÃO OBRIGATORIEDADE. JULGADO CALCADO EM RESOLUÇÕES E CIRCULARES. NÃO CABIMENTO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. ARTIGOS 932, INCISO III, e 1.021, § 1º, DO CPC DE 2015. SÚMULA 182 DO STJ.

1. É inviável o recurso especial se a parte deixa de impugnar, pela via processual adequada, fundamento constitucional do acórdão recorrido (Súmula 126 do STJ).

2. O recurso especial não comporta a análise de resoluções, portarias, circulares e demais atos normativos de hierarquia inferior à do Decreto, que não se inserem no conceito de lei federal.

3. Nos termos dos artigos 932, inciso III, e 1.021, § 1º, do Código de Processo Civil de 2015 e da Súmula 182 do Superior Tribunal de Justiça, é inviável o agravo interno que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp n. 952.691/SC, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, julgado em 20/4/2017, DJe 3/5/2017.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2020.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator